

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.759.500 - PR (2018/0202289-0)**

**RELATORA** : **MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI**  
**RECORRENTE** : **CLÁUDIO PEREIRA CAMPOS**  
**ADVOGADO** : **LEANDRO ISAIAS CAMPI DE ALMEIDA - PR028889**  
**RECORRIDO** : **CAIXA ECONÔMICA FEDERAL**  
**ADVOGADOS** : **VERA LUCIA BICCA ANDUJAR - RS016912**  
**SANDRO ENDRIGO DE AZEVEDO CHIAROTI E OUTRO(S) - SP140659**

**DECISÃO**

Trata-se de recurso especial interposto em face de acórdão assim ementado:  
ADMINISTRATIVO. AÇÃO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS. SEGUNDA FASE. CAIXA ECONÔMICA FEDERAL. CONTAS DEVIDAMENTE PRESTADAS.

1. Apresentados os documentos e a justificativa minuciosa de praticamente todos os débitos lançados na conta corrente no período questionado, impõe-se sejam consideradas devidamente prestadas as contas.
2. Descabido questionar toda a relação entre banco e correntista, de aproximadamente dez anos (1987 a 1997), mais de 10 anos após o encerramento da conta.

A parte recorrente sustenta que o acórdão federal é omissivo; era necessária a realização de prova pericial para apurar a regularidade das informações prestadas pela instituição financeira; e que documentos particulares unilateralmente produzidos pela recorrida não justificam lançamentos existentes nas contas prestadas, e tidas como regulares pela Corte de origem.

Quanto à alegada violação aos arts. 489, § 1º, IV, e 1.022, I, II, do Código de Processo Civil, sem razão o recorrente, haja vista que enfrentadas fundamentadamente todas as questões levantadas pela parte, porém em sentido contrário ao pretendido, o que afasta a invocada declaração de nulidade.

Nos moldes da jurisprudência desta Corte, como destinatário final da prova, cabe ao magistrado, respeitando os limites adotados pelo Código de Processo Civil, dirigir a instrução e deferir a produção probatória que considerar necessária à formação do seu convencimento. Nesse sentido:

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO.  
AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR PERDAS E DANOS. FALHA

NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS. RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA DO ENGENHEIRO E DA EMPRESA CONTRATADA. ALEGAÇÃO DE ILEGITIMIDADE PASSIVA. REVISÃO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. CERCEAMENTO DE DEFESA NÃO CONFIGURADO. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO.

I - Examinados suficientemente todos os pontos controvertidos, não há falar-se em negativa de prestação jurisdicional.

II – Se, diante da prova dos autos, as instâncias ordinárias concluem pela culpa do agravante e pelo nexo de causalidade, entender diversamente esbarra na Súmula/STJ.

III - O Juiz é o destinatário da prova e a ele cabe decidir sobre o necessário à formação do próprio convencimento. Assim, a apuração da suficiência dos elementos probatórios que justificaram o julgamento antecipado da lide e/ou o indeferimento de prova oral demanda reexame provas, providência vedada em sede de recurso especial. Agravo regimental improvido. (AgRg no Ag 771.335/SC, Rel. Ministro SIDNEI BENETI, TERCEIRA TURMA, julgado em 04/09/2008, DJe 23/09/2008)

A conclusão do Tribunal revisor acerca da higidez dos documentos utilizados pela instituição financeira para a prestação de contas foi obtida pela análise do conteúdo fático e contratual dos autos, que se situa fora da esfera de atuação desta Corte, nos termos dos enunciados 5 e 7 da Súmula do STJ.

Em face do exposto, nego provimento ao recurso especial.

Intimem-se.

Brasília, 27 de novembro de 2019.

MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI, Relatora